Pensando a História a partir de Michel Foucault

JULIO CESAR SANCHES*

Resumo:

O artigo apresenta a influência da trajetória teórica e metodológica do filósofo francês Michel Foucault no campo da História Cultural. Apontamos ainda os impactos do pensamento de Foucault no cenário da historiografia contemporânea, apresentando-o como uma figura importante na construção do campo da História a partir da segunda metade do século XX. Partimos da ideia-chave de que Michel Foucault inovou os modos e as práticas metodológicas da disciplina da História.

Palavras-chave: História Cultural; Michel Foucault; Historiografia.

Thinking about History from Michel Foucault

Abstract:

The article presents the influence of the theoretical and methodological trajectory of the French philosopher Michel Foucault in the field of Cultural History. We also point out the impacts of Foucault's thought on the scenario of contemporary historiography, presenting him as an important figure in the construction of the field of History from the second half of the 20th century onwards. We start from the key idea that Michel Foucault innovated the methods and methodological practices of the discipline of History.

Key words: Cultural History; Michel Foucault; Historiography

* **JULIO CESAR SANCHES** é Doutor em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCOM/UFRJ). Integrante do NECHS - Núcleo de Estudos em Comunicação, História e Saúde (FIOCRUZ/UFRJ). Atualmente, realiza estágio de pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC). É Investigador Assistente do projeto POLITICS - A Política Antirracista na Europa e na América Latina - Produção de Conhecimento, Decisão Política e Lutas Coletivas.

"Mas o verdadeiro sentido histórico reconhece que vivemos sem referências ou sem coordenadas originárias, em miríades de acontecimentos perdidos"
Michel Foucault, *Microfísica do poder.*

Introdução

O nome de Michel Foucault (1926-1984) desperta muitas controvérsias nas ciências humanas e sociais. Escritor, professor e ativista político, Foucault foi autor de diferentes livros, ensaios, artigos, aulas e reflexões críticas sobre diferentes temas de caráter social. Escreveu sobre loucura, linguagem, clínica e medicina, sexualidade, prisões, política, corpo, poder etc. Produzindo questionamentos inovadores em temas que atravessam diferentes disciplinas acadêmicas. Nesses escritos, o modo de interpretação dos fenômenos socioculturais e históricos tornou o trabalho científico de Michel Foucault ímpar. Assim, partindo de procedimentos analíticos até então marginais na ciência ocidental – como no caso do método arqueológico e genealógico –, o pensamento de Foucault produziu abalos nas estruturas científicas ao interrogar as relações entre o saber e o poder na modernidade.

No ensaio *Foucault revoluciona a história*, Paul Marie Veyne (1982) afirma:

> Foucault é o historiador do acabado, o remate da história. Esse filósofo é um dos grandes historiadores de nossa época, e ninguém duvida disso, mas poderia, também, ser o autor da revolução científica atrás da qual andavam todos os historiadores (VEYNE, 1982, p. 151).

O argumento-admiração de Paul Marie Veyne em relação à imagem e trajetória de Michel Foucault demonstra a potência da produção científica do filósofo, mas também destaca o papel dele em outras ciências, tal como a História. Paul Veyne é enfático ao afirmar que Foucault é um historiador, mas esse rótulo não foi abraçado pelo filósofo em vida, assim como aqueles que o nomearam como crítico literário, pensador de esquerda e teórico pós-estruturalista. Apesar disso, os procedimentos metodológicos de Foucault produziram desacordos, revisões e debates no campo da História e em outras ciências. Com a perspectiva foucaultiana, indubitavelmente, buscou-se novas dimensões de análise. Nesse sentido, as inovações produzidas tornaram possíveis um distinto modo de pensar e fazer a história e a historiografia. É o que veremos a seguir.

Do objeto natural à operação historiográfica

O aspecto metodológico da produção intelectual de Michel Foucault reelaborou os procedimentos da História, por exemplo, ao questionar o documento como registro histórico do real, a lógica concatenada dos fatos como grande narrativa histórica e também a relação de causa e efeito presente na ideia de uma história total. Ou seja, existia uma crítica à operacionalização dos processos realizados pelo historiador. Como assinala Paul Veyne, "a intuição inicial de Foucault não é a estrutura, nem o recorte, nem o discurso:é a *raridade*, no sentido latino da palavra" (VEYNE, 1982, p. 151). Dessa forma, Foucault buscou desmantelar as rotas previstas nas práticas historiográficas através da adoção de procedimentos metodológicos inovadores.

É o próprio Michel Foucault, em *A arqueologia do saber*, que demonstra como o fazer da história estava atravessado por operações que forjaram uma linearidade histórica. Nesse sentido, buscou-se reelaborar o campo historiográfico - quer dizer, os modos de se fazer a escrita da história.

> Digamos, para resumir, que a história, em sua forma tradicional, se dispunha a "memorizar" os *monumentos* do passado, transforma-los em *documentos* e fazer falarem esses rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinha sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjunto (FOUCAULT, 1987, p. 8).

É em nome de uma História que não se apegue ao documento como verdade e monumento do passado que Foucault elabora sua crítica. Há, nesse sentido, uma recusa ao modo de fazer história tradicional e uma incitação a um novo processo de escrita da história. É por isso que as temáticas abordadas não se referem às estruturas sociais e nem aos grandes fatos que marcam a história. Como explica Margareth Rago (1995), a inversão metodológica foucaultiana propõe pensar o sujeito, poder e a produção do saber.

> Ao invés de partir da famosa estrutura social, representada enquanto "realidade objetiva" tanto para os marxistas quanto para os não- marxistas, para explicar as práticas políticas, econômicas, sociais, sexuais, artísticas de determinados grupos sociais, propunha-se, então, pensar como haviam sido instituídas culturalmente as referências paradigmáticas da modernidade em relação ao próprio social, à posição dos sujeitos, ao poder e às formas de produção do conhecimento (RAGO, 1995, p. 72).

O questionamento epistêmico produzido por Michel Foucault provocou no campo da História não somente uma necessidade de reelaboração de paradigmas, como também produziu um novo olhar sobre temáticas até então entendidas como marginais e sem importância. Dito isso, a provocação desse filósofo balançou as estruturas da disciplina.

> Fundamentalmente, Foucault projetou luz sobre campos até então ignorados pela historiografia - seja por serem considerados como "perfumarias" remetendo à superfície da superestrutura, seja simplesmente por nem sequer serem percebidos como capazes de serem historicizados - e criou expressões capazes de traduzí-los e pensá-los (RAGO, 1995, p. 70).

A articulação do pensamento de Michel Foucault ao campo da História se dá numa provocação do modo de fazer e pensar a próprio conhecimento forjado pela disciplina. Nesse sentido, encontramos ressonância nas ideias do historiador francês Michel de Certeau (1982) ao definir o modo de fazer história como uma operação. Segundo Certeau:

> Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que

> ela faz parte da "realidade" da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada "enquanto atividade humana", "enquanto prática". Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* "científicas" e de uma *escrita* (CERTEAU, 1982, p. 66).

O conceito de operação historiográfica, afirma Certeau, reconhece que a História é um substrato do momento histórico intrínseco ao social; ela não é isenta dos processos políticos e sociais que formatam a própria escrita historiográfica. Nesse sentido, Michel de Certeau (1982) posiciona a História como uma ferramenta de análise, nunca como uma instância de descrição fiel dos fatos e/ou construção de monumentos tradicionais da História. Nesse sentido, historiador é uma figura que agrupa documentos, constrói narrativas, produz diferentes sentidos ao passado, constrói a própria História.

A virada epistemológica provocada por Michel Foucault produziu uma reconfiguração na figura do historiador. Embebido das provocações de Foucault, Michel de Certeau coloca a imagem do historiador como um agente articulador da narrativa histórica e não mais como um mero sujeito que busca decifrar a verdade em documentos do passado. Assim sendo, como ressalta Margareth Rago:

> [...] os eventos históricos não existem como dados naturais, bem articulados entre si, obedientes às leis históricas e esperando para serem revelados pelo historiador bem munido. Um evento só ganha historicidade na trama em que o historiador concatená-lo, e esta operação só poderá ser feita através de conceitos também eles históricos (RAGO, 1995, p. 73).

O sacudimento das estruturas da História (disciplina), produzido pela obra de Michel Foucault, provocou um repensar dos princípios norteadores da história (narrativa). Se na década de 1960 a História Social e Política estava em voga, capitaneada pelos marxistas, com *História da loucura (1961), As palavras e as coisas (1966)*, *Arqueologia do saber (1969)* e, posteriormente, *Vigiar e punir (1975)*, os escritos de Foucault geraram uma série de revisões de método. Naquele momento, era necessário repensar o modo de olhar a cultura. Consequentemente, uma linha de historiadores, e também autores de outras áreas, iniciaram pesquisas e análises que formaram, posteriormente, as linhas que orientam a História Cultural. Como destacou Patrícia O´Brien (1992): "A controvertida obra de Foucault eleva-se como uma abordagem alternativa na nova história da cultura. [...] Foucault questionou o próprio princípio implícito em toda a história social: o de que a própria sociedade constitui a realidade a ser estudada" (p. 35).

O caráter metodológico da História Cultural não se preocupava com os monumentos, muito menos com as estruturas (o Estado, por exemplo). Nela, foram articulados objetos marginais ao olhar da historiografia tradicional. Por isso, o que estava sendo desenvolvido era uma historiografia das práticas sociais em suas transitoriedades, permanências e, sobretudo, desvios. Não é à toa que Paul Marie Veyne (1982), a partir de leituras de Michel Foucault, consagra a ideia-crítica de que "a história se torna história do que os homens chamaram as verdades e de suas lutas em torno dessas verdades" (VEYNE, 1982, p. 172).

Já nas primeiras décadas do século XX, no entanto, Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956) indicavam a necessidade de alteração da compreensão positivista da História, implicando em análises que compreendiam a narrativa história a partir de outros paradigmas. Assim, os precursores da primeira geração da *Escola dos Annales* já apontavam a importância da contestação do modelo tradicional de historiografia, culminando num amplo debate sobre o modo de produção do conhecimento histórico. Contudo, salientamos que é a partir da década de 1970 que o desenvolvimento da História Cultural ganha espaço nas disputas do campo da História.

A História Cultural afastava o objeto natural, o documento como monumento e as grandes narrativas que formavam o caráter totalizante da narrativa histórica tradicional. Buscava-se, com os novos objetos, paradigmas que dessem luz à noção das práticas sociais que permeiam a História. Nesse sentido, o trabalho de Foucault impactava a História por se interessar não pela narrativa concatenada, racionalizada e com ímpeto de verdade, mas pelas descontinuidades, pelos desníveis, pelos agrupamentos aleatórios, pelos discursos e pela dispersão.

Foucault destacava que "a história será 'efetiva' na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser" (FOUCAULT, 2013, p. 72), porque considerava importante abolir as dimensões metodológicas que negligenciavam as descontinuidades do processo histórico. Patrícia O´brien, por sua vez, compreendia que os empreendimentos foucaultianos produziam fissuras nos modos de produção do conhecimento histórico, impulsionando novos parâmetros analíticos. Por isso, "em vez de consciência e continuidades, a substância da nova história social, a nova história cultural de Foucault revidava com descontinuidades, grupos de noções, séries, discursos. Seu empreendimento era fundamentalmente metodológico" (O'BRIEN, 1992, p. 42).

O método usado pela História Cultural foucaultiana, por assim dizer, era crítico aosmodelos historiográficos tradicionais e, por isso, baseava-se na arqueologia e, posteriormente, na genealogia. A trajetória metodológica de Foucault é permeada pelo uso da arqueologia e da genealogia como instrumentos analíticos de inovação no campo científico. Hubert Dreyfus e Paul Rabinow (1995) afirmam que as abordagens metodológicas foucaultianas são complementares, apesar das peculiaridades de cada uma. Desse modo, os autores destacam que:

> Sem entrarmos numa classificação supérflua dos trabalhos de Foucault – segundo fases de sua vida –, sobretudo em se tratando de um corpus ainda tão jovem, podemos ver que, em seus primeiros trabalhos, ele utilizou certas variantes de análise estrita ao discurso (a arqueologia) e deu mais atenção àquilo que condiciona, limita e institucionaliza as formações discursivas (genealogia) (DREYFUS & RABINOW, 1995, p. 116).

As definições metodológicas foucaultianas são, desde sempre, complementares. Assim sendo, concordamos com Dreyfus e Rabinow de que "não há pré e pós-arqueologia ou genealogia em Foucault. Contudo, o peso e a concepção destas abordagens mudaram no decorrer de seu trabalho" (DREYFUS & RABINOW, 1995, p. 116). Consequentemente, os cursos, entrevistas e ensaios de Foucault

passaram a focar na dimensão genealógica depois do lançamento do livro *História da Sexualidade I – Vontade de saber (1976)*. Michel Foucault deu ênfase a uma perspectiva genealógica elaborada por Friedrich Nietzsche, aprofundando ainda mais a crítica da História como detentora da verdade. A partir dessa configuração genealógica, a adoção foucaultiana reiterou a dimensão descontínua e dispersa dos processos históricos, isso porque Foucault compreendia que "a genealogia é cinza: ela é meticulosa e pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos" (FOUCAULT, 2013, p. 55).

Através da genealogia, a abordagem foucaultiana desenvolveu uma análise histórica que criticava ainda mais o lugar dos discursos oficiais que outrora alimentaram as bases da prática científica. Assim sendo, Foucault apelava para rastros que eram deixados de modo disperso em documentos marginais e em acontecimentos controversos, possibilitando o fortalecimento de um esquema analítico que desatou os nós desenvolvidos pelas práticas historiográficas modernas.

Genealogias para a História

Inspirado nos escritos nietzschianos, com destaque em *Para além do bem e do mal* (1886) e *Genealogia da Moral* (1887), Michel Foucault utilizou o método genealógico não como uma ferramenta de busca pela origem; ao contrário, insistia numa perspectiva em busca das dispersões, dos silenciamentos e das rupturas. Recusando uma busca pela origem, a genealogia em Foucault fundamentava-se como estudo da proveniência. Nesse sentido, entendia-se que cabia ao genealogista traçar esquemas que burlavam as pretensões de uma grande continuidade. Assim sendo,

> [...] seguir o filão complexo da proveniência é, ao contrário, manter o que se passou na dispersão que lhe é própria: é demarcar os acidentes, os ínfimos desvios - ou, ao contrário, as inversões completas -, os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós; é descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que somos - não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente (FOUCAULT, 2013, p. 63).

O esquema genealógico dinamitou toda e qualquer compreensão de que a narrativa histórica deveria buscar a origem, a verdade, reconstruir o passado em sua totalidade; nela, a crítica ao objeto natural é voraz. Talvez essa seja a principal característica transformadora da filosofia de Michel Foucault, no que diz respeito aos impactos no campo da História. Como assinalou Patrícia O´Brien:

> Trata-se de um método, não de uma teoria. A contribuição de Foucault para a escrita da história não é a sua teoria social. Como demonstrou o paradigma dos Annales, uma teoria de transformação social não se faz necessária para uma metodologia consistente. Através do seu estudo do poder/saber/cultura, Foucault contribuiu, no entanto, com uma metodologia (O'BRIEN, 1992, p. 51).

Seguindo o pensamento filosófico de Foucault, o historiador francês Roger Chartier (2002) reflete como a Filosofia da História encampou um processo de alteração dos procedimentos historiográficos e revisou as técnicas metodológicas corriqueiras. A Filosofia da História, indubitavelmente, produziu abalos sísmicos no pensar a História. Mas, ainda assim, houve uma grande

resistência na estrutura que formalizou a História como disciplina e forma de conhecimento. É por isso que Roger Chartier afirma:

> Desprender-se tão radicalmente dos automatismos herdados, das evidencias não questionadas, não é tarefa fácil, e as certezas antigas só dificilmente dão de si. Mesmo entre os mais bem intencionados, os falsos objectos naturais regressam naturalmente, como se a primeira evidencia de uma existência intemporal do Estado, da medicina, da loucura, constituísse o obstáculo principal que impede de construir, na sua variabilidade, as objectivações históricas como correlativas das práticas (CHATIER, 2002, p. 79-80).

Em síntese, a História Cultural mostrou-se como um desafio e uma renovação. Em detrimento da história total, buscou-se outra história. Incitou-se uma nova abordagem histórica ao considerar que "o debate está aberto pelo diagnóstico que quis caracterizar a história nas suas tendências mais recentes como um regresso ao relato, a narração, e consequentemente como um abandono da descrição estrutural das sociedades (CHARTIER, 2002, p. 81).

O entendimento da História como um campo do conhecimento formaliza essa disciplina como uma instituição articulada pelos jogos de poder que envolvem a disputa científica e a legitimidade da verdade sobre o passado. É por isso que a ideia de operação historiográfica de Michel de Certeau (1982), como conceito devedor dos escritos foucaultianos, nos parece pertinente; ela expõe a questão da legitimidade e da parcialidade dos escritos históricos.

Se a História Cultural, por exemplo, demonstra a necessidade de pensar as práticas sociais em suas dispersões e raridades, talvez seja pela importância de não fechar o debate em torno de ideias metafísicas e pouco explicativas sobre as estruturas que regem "o" Estado, "o" poder e "a" política. Para Paul Marie Veyne, o trabalho de Michel Foucault é expoente por apresentar novas rotas para pensar o social a partir das práticas e não mais pelas estruturas. Logo, há um outro contorno na lógica do fazer científico. Essa inversão produz a seguinte afirmação: "os objetos parecem determinar nossa conduta, mas primeiramente, nossa prática determina esses objetos" (VEYNE, 1982, p. 159).

A recusa do objeto natural produzido pelo método genealógico produziu inquietações capazes de conferir à genealogia uma imagem de antimetodologia. Apesar disso, foi sendo evidenciado que havia na genealogia uma busca por novas estratégias de análise que respondessem às questões do poder, do saber e da cultura. "O que poderia, portanto, ser caracterizado como uma antimetodologia ou uma contradição metodológica, acaba sendo, em si mesmo, fundamental para a crítica que Foucault faz da história e constituiu 'estratégias discursivas alternativas'" (O'BRIEN, 1992, p. 54- 55).

Michel Foucault desenvolveu estratégias que alternavam o modo de compreender o discurso. Nele, indubitavelmente, discurso não se refere a texto ou uma simples fala, pois "Foucault abandonou estruturas por formas e funções e, ao fazê-lo, livrou-se das amarras positivistas da escrita da história" (O'BRIEN, 1992, p. 57). Em suas análises arqueológicas e/ou genealógicas, ele se debruçou sobre o discurso como uma instância que remete às práticas e não às interpretações que damos a elas. Diante

dessa constatação, Paul Marie Veyne diz:

> Se o historiador ocupa-se não do que fazem as pessoas, mas que dizem, o método a ser seguido será o mesmo; a palavra discurso ocorre tão naturalmente para designar o que é dito quanto o termo prática para designar o que é praticado. Foucault não revela um discurso misterioso, diferente daqueles que todos nós temos ouvido: unicamente, ele nos convida a observarmos com exatidão, o que assim é dito (VEYNE, 1982, p. 160).

Conferindo ao discurso um caráter indissociável das práticas, a interpretação de Paul Marie Veyne reafirma o método de Foucault como uma revolução para a historiografia. A inversão no modo de análise abriu um paradoxo na escrita da História: demitisse o objeto-fim com o intuito de investigar os procedimentos de formação desse objeto. Ou seja, não há naturalizações ou objetificações como premissas. Nesse sentido, "o método de Foucault tentou não tomar nada por garantido" (O'BRIEN, 1992, p. 55). E esse é um dos desafios apresentados por Foucault à História e às demais ciências, segundo Veyne (1992):

> Toda dificuldade vem da ilusão mediante a qual "reificamos" as objetivações em um objeto natural: tomamos um ponto de chegada por um fim, tomamos o lugar em que um projétil vai, por acaso, se esborrachar por um alvo intencionalmente visado. Em vez de enfrentar o problema em seu verdadeiro cerne, que é a prática, partimos da extremidade, que é o objeto, de tal modo que as práticas sucessivas parecem reações a um mesmo objeto, "material" ou "racional", que seria dado inicialmente (p. 164).

Em *A ordem do discurso*, Michel Foucault (2013b) explica como as práticas discursivas forjaram concepções de verdade, ou melhor, constituiu vontade de verdade. Em seus exemplos de sociedade do discurso, Foucault argumenta que a instituição das disciplinas acadêmicas e o fazer científico estavam eivadas de técnicas e retóricas que objetificaram a realidade, só que esse exercício narrativo possuía o caráter ficcional de formação de objetos do real; *grosso modo*, como construção de sentido, a técnica da escrita outorgou às ciências a postura da verdade. Todavia, esse sistema só se sustentou sendo controlado, definido e esquematizado, substancialmente, com parâmetro de formação da disciplina ou método científico. Foucault assinala que:

> [...] visto que uma disciplina se define por um conjunto de métodos, um corpus de proposições, consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos: tudo isto constitui uma espécie de sistema anônimo à disposição de quem quer ou pode servir-se dele, sem que seu sentido ou validade estejam ligados a quem sucedeu ser seu inventor (FOUCAULT, 2013b, p. 28- 29).

O argumento de Michel Foucault sobre a formação das práticas que regem o saber científico escancara o papel participativo de quem constrói a narrativa científica, sendo um processo repleto de vontade de verdade. De forma similar às questões críticas de Foucault, o historiador Michel de Certeau (1982), sinteticamente, expõe os jogos que formatam a disciplina da História. Segundo o autor, necessariamente, é importante sabermos o funcionamento da disciplina e também entender sobre as interdições

existentes na escrita da história.

> Antes de saber o que a história *diz* de uma sociedade, é necessário saber como *funciona* dentro dela. Esta instituição se inscreve num complexo que lhe permite apenas um tipo de produção e lhe *proíbe* outros. Tal é a dupla função do lugar. Ele *torna possíveis* certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas *torna* outras *impossíveis*; exclui do discurso aquilo que é sua condição num momento dado; representa o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) na analise. Sem dúvida, esta combinação entre *permissão e interdição* é o ponto cego da pesquisa histórica e a razão pela qual ela não é compatível com *qualquer coisa*. É igualmente sobre esta combinação que age o trabalho destinado a modificá-la (CERTEAU, 1982, p. 75-76).

O texto historiográfico, por assim dizer, é um texto desenvolvido a partir de técnicas que permitem falar aquilo que está legitimamente autorizado à disciplina da História. Logo, não há um acesso ao passado sem que haja técnicas, filtros e modelações que permitam a existência do texto histórico. Assim sendo, o texto historiográfico jamais deve ser pensado como um recorte fiel aos acontecimentos, mas sim como interpretação dada pelo historiador ao passado. Em outras palavras, a partir dos objetos, o historiador não revela o passado, ele apenas lança luz a interpretações possíveis dos acontecimentos de outras épocas.

> A problemática do "mundo como representação", moldado através da série de discursos que o apreendem e o estruturam, conduz obrigatoriamente a uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser apropriada pelos leitores dos textos (ou das imagens) que dão a ver e pensar o real (CHARTIER, 2002, p. 23-24).

A ideia de que a disciplina da História não é unívoca (não é uma representação fiel do mundo) suscita também a compreensão de que diferentes narrativas históricas podem lidar com a interpretação do real. Destarte, os historiadores modernos formulam representações que tendem a trabalhar as interpretações do real em seus segmentos de análise. É nesse sentido que Margareth Rago questiona: "Com que representações e imagens do "real" trabalhamos, sobretudo quando cada um, ou cada grupo, defende o "seu real" como sendo um universal, o 'verdadeiro real'?" (RAGO, 2002, p. 259).

A pergunta de Margareth Rago é importante por lançar mão do subjetivismo que rege a escrita da História. Já que diferentes modos e dimensões do real podem existir nas interpretações fabricadas pelos historiadores, não há de se falar em verdade imutável da História. Além disso, não há como reiterar a noção de causa-efeito anteriormente tradicional nas ciências modernas. Citando os arsenais metodológicos propostos por Foucault, Rago compreende que "essa 'história do presente' é capaz de distinguir as tênues linhas que separam o passado do presente e o presente da atualidade. Portanto, ela deve abrir o pensamento ao mostrar como aquilo que é poderia ser diferente" (2002, p. 263).

"A história do presente" volta ao passado não para questionar como ele simplesmente era, mas para compreender a formação histórica de uma determinada experiência que foi objetivada e racionalizada em determinados momentos da história.

Ocorre que, "na verdade, Foucault procura ampliar a perspectiva ou o olhar dos historiadores, questionando uma maneira normativa, disciplinar e um tanto quanto ingênua de considerar o passado e de praticar a História" (RAGO, 2002, p. 266).

É pertinente afirmar que houve, por parte de Michel Foucault, um empreendimento científico em busca de uma redescrição da História. Não mais uma disciplinada dada aos procedimentos e métodos que sufocavam a própria história. "Em sua tentativa de reescrever a história da civilização ocidental, Michel Foucault desafiou-nos a questionar nossos pressupostos e legou-nos o método e os instrumentos de análise para a escrita de uma história da cultura nova e política" (O'BRIEN, 1992, p. 62).

De forma profunda, parafraseando Paul Marie Veyne (1982), o trabalho de "Foucault revoluciona a história" porque coloca sob rasura os parâmetros que formatam a disciplina histórica. Notoriamente, as questões elaboradas pela história tradicional estavam presas ao olhar estrutural e não levava em consideração os aspectos de formação dos fenômenos sociais.

> Foucault questiona as noções de tempo e espaço, de pensamento e ação, de prática e teoria, de sujeito e sociedade com a qual trabalhamos, alertando para a armadilha de nos acreditarmos de posse da "interpretação verdadeira" de um determinado acontecimento, ele mesmo construído historicamente a partir de conceitos específicos e datados (RAGO, 2002, p. 272).

O conjunto de questionamentos de Foucault possibilitou a revisão da disciplina da História e permitiu que houvesse uma interlocução maior com outros campos do saber. Assim como a filosofia impactou a História, as Ciências Sociais também possuíram o papel tencionador em relação às estruturas formais da disciplina histórica, e vice-versa. É nesse sentido de ruptura com antigos paradigmas que Roger Chartier explica os pressupostos da nova História Cultural:

> [...] esta história deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido. Rompendo com a antiga ideia que dotava os textos e as obras de um sentido intrínseco, absoluto, único - o qual a crítica tinha obrigação de identificar -, dirige-se às práticas que, pluralmente, contraditoriamente, dão sentido ao mundo (CHARTIER, 2002, p. 27).

A compreensão de Roger Chartier (2002) é paralela ao pensamento de Paul Veyne (1982) por adotar a dimensão prática como uma ferramenta de análise dos processos sociais e históricos. Essa busca pela compreensão da prática vai se dar num ambiente metodologicamente genealógico. E essa inspiração foucaultiana ocorre exatamente pelo entendimento que as práticas dão sentido aos objetos; e não ao contrário, como se exortava nas tradicionais escolas da História. Paul Marie Veyne afirma que:

> A história-genealogia a Foucault preenche, pois, completamente o programa da história tradicional; não deixa de lado s sociedade, a economia, etc., mas estrutura essa matéria de outra maneira: não os séculos, os povos nem as civilizações, mas as práticas; tramas que ela narra são a história das práticas em que os homens enxergavam verdades e das suas lutas em torno dessas verdades (VEYNE, 1982, p.180).

Indiscutivelmente, o papel de Michel Foucault na reescrita da História é fundamental. Como filósofo, seus escritos epistemológicos e seus métodos fabricaram novos horizontes para a escrita das Ciências Sociais e Humanas. O questionamento ortodoxo sobre "as histórias" escritas por Foucault fazem parte do processo de resistência dos tradicionalismos e atavismos acadêmicos, porém as contribuições desse autor são inegáveis.

O empreendimento de Foucault à história se dá exatamente na crítica ao conservadorismo presente nas concepções históricas que denotavam as grandes narrativas, os objetos naturais, os documentos como monumentos da história e o historiador como um revelador do passado real. É em nome dessa disputa que ele escreveu outras histórias; Foucault denunciava o assassinato da potência histórica, assinalando que:

> Denunciaremos, então, a história assassinada, cada vez que em uma análise histórica - e sobretudo se se trata do pensamento, das idéias ou dos conhecimentos - virmos serem utilizadas, de maneira demasiado manifesta, as categorias da descontinuidade e da diferença, as noções de limiar, de ruptura e de transformação, a descrição das series e dos limites. Denunciaremos um atentado contra os direitos imprescritíveis da história e contra o fundamento de toda historicidade possível (FOUCAULT, 1987, p. 18).

O caráter genealógico da História a partir da influência do pensamento de Foucault é exemplificado no extenso corpus analítico abordado em *História da Sexualidade - I - A vontade de saber (1976), II - Uso dos prazeres (1984) e III - O cuidado de si (1984)*, cujo projeto teórico e metodológico consolidou um modo de produzir a historiografia contemporânea. Apesar de não ter concluído o volume *IV - As confissões da carne (2018),* a publicação póstuma e recente demonstra o vigor e a importância dos escritos foucaultianos para as diferentes Ciências Sociais e Humanas, tornando a História uma das principais trincheiras da compreensão dos regimes de poder que vigoram na contemporaneidade.

Considerações finais

A inspiração deste texto surgiu da leitura do ensaio *Foucault revoluciona a história*, escrito pelo historiador francês Paul Marie Veyne. A partir da afirmação de Veyne, buscamos traçar pontos que reforçassem o argumento inovador do pensamento foucaultiano; procuramos apontar as dimensões epistemológicas e metodológicas de Michel Foucault como elementares aos procedimentos da historiografia contemporânea.

Compreendemos que os escritos do filósofo francês produziram celeumas, dissonâncias, debates e afastamentos, mas também abriu uma profícua agenda de pesquisa em diferentes áreas do saber. Crítico aos modos de fazer ciência no Ocidente, Foucault desenvolveu estratégias argumentativas que forjaram a necessidade de se repensar os ditames intelectuais e teleológicos consolidados na modernidade. Ou seja, o papel revolucionário da escrita foucaultiana não se restringiu a repensar a História; ele lançou luz a instâncias práticas da vida humana até então negligenciadas ou distorcidas pelo olhar científico disciplinar.

A tarefa de pensar a história com Michel Foucault demonstra que é possível desenvolver diferentes portas de entrada para uma análise das práticas

sociais historicamente objetivadas e racionalizadas. Talvez essa tarefa nos possibilite também rever o entendimento dos conceitos que alicerçam forçosamente identidades, nacionalidades, etnicidades e, em grande escala, a própria cultura.

Na contemporaneidade, tempo que dialoga com diferentes dimensões do passado (e do presente), as ideias de concretude da verdade, a objetividade, o real e o original, tão caras à modernidade, já não respondem as demandas e inquietudes dos sujeitos. Sendo a História a ciência "dos homens no tempo", como afirmou Marc Bloch (2002) em *Apologia da história ou o ofício do historiador*, devemos construir formas e sentidos que correspondam ao nosso tempo vivido; não mais olhando o passado como um conjunto de fatos mofados e inertes, mas pensando nas possibilidades narrativas do antes, do agora e do depois.

referências bibliográficas

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2002

CERTEAU, M. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1982.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Algés: DIFEL, 2002.

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1987.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo:Graal, 2013.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 dedezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

O'BRIEN, P. A história da cultura de Michel Foucault. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

RAGO, M. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social**, São Paulo,v. 7, n. 1/2, p. 67-82, dec. 1995. ISSN 1809-4554. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/85207/88045>. Acesso em: 21 mai. 2018.

RAGO, M. Libertar a história. In: RAGO, M., ORLANDI, Luiz B. L., VEIGA-NETO,A. **Imagens de Foucault e Deleuze:** ressonâncias nietzschianas. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

VEYNE, P. M. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

Recebido em 2022-05-06
Publicado em 2022-09-15